

Movimento chama população a decidir

Carlos A. Carvalho
Carlos.carvalho@sado2000.pt

«EXISTE hoje, um deficit de participação dos cidadãos na sociedade. Talvez a falta de formação e informação sobre a actividade autárquica, sejam razões principais para esse distanciamento, evidente, entre eleitos e eleitores», afirma Nelson Dias da Associação In Loco, co-fundadora do Projecto Orçamento Participativo (OP) em Portugal. «Essa é uma realidade que está a mudar, a bem da participação dos cidadãos, em democracia», acrescenta.

É sabido que questões de planeamento, elaboração e gestão orçamental «não são do domínio de muitos autarcas e muito menos dos cidadãos», aponta Marques Pereira. É por isso que o Centro de Estudos e Formação Autárquica—CEFA «decidiu ser parceiro neste projecto, contribuindo para uma maior preparação dos seus actores, realizando seminários e workshops, com recurso a personalidades e reputados formadores, em diferentes áre-



Pedro Leites/Jornal

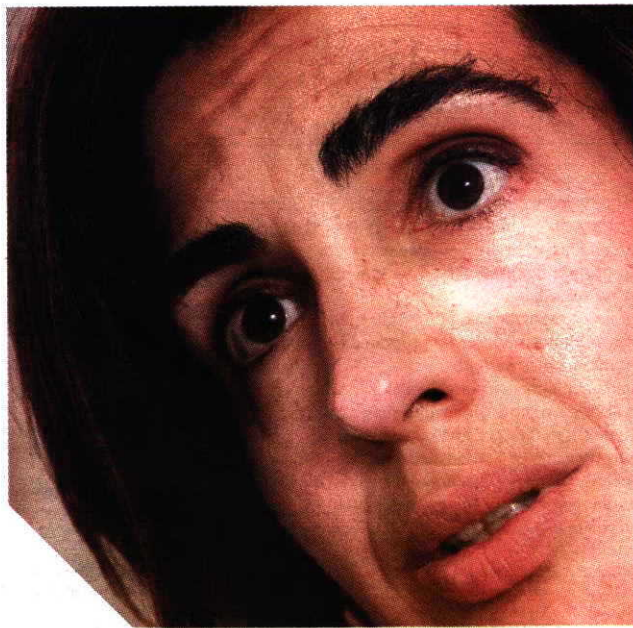
Palmela é uma das duas dezenas de autarquias locais, em Portugal, a integrar um movimento mundial que ganha força. O Orçamento Participativo está a conquistar adeptos e é tido como uma forma de aproximação entre eleitos e munícipes, visando aprofundar e reforçar a democracia.

as da actividade autárquica», antecipa o responsável do CEFA.

O “Orçamento Participativo” mais que um slogan político é hoje, uma das várias formas de participação das populações, na vida da sua rua, cidade e ou país. Surgido em 1999 em Porto Alegre, Brasil, desenvolvido na Alemanha, o movimento OP «ganha força, gera curiosidade, altera sobretudo práticas de gestão autárquica», afirma por sua vez Giovanni Allegretti do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, outros dos parceiros do Projecto OP, no nosso país.

Em todo o mundo serão cerca de duas mil as experiências OP, com os países latino-americanos na dianteira do processo, «ao ponto de se discutir, no Peru e República Dominicana, nomeadamente, a adopção “obrigatória” deste instrumento de participação das populações», revela Giovanni Allegretti.

Itália, França, Espanha e Portugal contam-se as muitas experiências OP, com Palmela como exemplo pioneiro, ao adoptar, desde 2002 este instrumento de participação dos munícipes, na vida



autárquica. «E não se pense que as experiências lusas, estão distantes de muitas outras, noutras cidades do globo, revelando-se muito positivas, ao ponto de autarcas suíços, terem vindo recentemente a Portugal e no regresso, agendaram um encontro sobre OP no seu território, contando já com sete experiências-piloto» revela o italiano, radicado na cidade dos estudantes.

O "Orçamento Participativo" é um método de elaboração do Plano de Actividades do município, aberto à participação das pessoas. E traduz-se na realização, entre Setembro e inícios de Dezembro, de um conjunto de reuniões por freguesias. «É nelas que a Câmara de Palmela começa por fazer um balanço da execução do "Plano" do ano em curso, apresenta as propostas para os doze meses seguintes, ouvindo e registando as sugestões e reivindicações das populações locais, nas mais diferentes áreas da acção municipal», a presidente da autarquia palmelense, Ana Teresa Vicente.

A experiência de Palmela

A reter no âmbito do processo OP são os índices de concretização do plano, ao nível dos 77 a 80 por cento e uma participação de cerca de 4 por cento da população do concelho», revela a autarca. Em paralelo, decorrem ainda reuniões com as juntas de freguesia, com

o mesmo intuito de clarificar as prioridades que vão figurar no Plano de Actividades e Orçamento do município.

No final da ronda de reuniões plenárias, «uma proposta mais simplificada, clarificando e justificando prioridades e investimentos por freguesia, incorporados os contributos do debate público mas tam-

bém das instituições locais, volta a uma reunião plenária final», aberta a todos quantos nela queiram participar acrescenta a autarca. É desta reunião que resulta algumas alterações, adendas ou substituição de prioridades, que o documento sobe para deliberação, na Câmara e Assembleia Municipal. Um trabalho lon-

go, apurado e participado que conta com outro elemento não menos importante, como é a existência de Comissão de Acompanhamento, composta por voluntários, pessoas a título individual e ainda moradores em representação deste tipo de estruturas, qual «garante da abertura e transparência de processos» sublinha Ana Vicente.

Experiências em estudo

ESTA experiência de Palmela, «é muito positiva, sobretudo consequente merecendo a adesão dos munícipes do concelho» destaca a edil. «De modo algum é um processo completo, fechado, livre de erros ou não fosse um processo de aprendizagem permanente, em que estamos envolvidos. O "Orçamento Participativo" é uma peça fundamental, diria mesmo imprescindível no quadro da democracia participada que desejamos aprofundar e desenvolver, com os olhos postos numa proximidade, cada vez maior, entre os cidadãos e os autarcas» aponta Ana Teresa Vicente.

Promover a troca de experiências, ao nível do "Orçamento Participativo" mas também sobre outros processos participativos, em contextos locais, está na origem do Encontro Nacional que Cine-Teatro S. João e Biblioteca Municipal acolhem em 15 e 16 de Maio próximo. Três inovações vão marcar o debate e a partilha de experiências, numa óptica mais alargada da democracia participada, uma maior presença internacional com casos tanto da Europa como da América Latina, nomeadamente Porto Alegre, assim como a realização de um primeiro estudo sobre OP em Portugal.